

## **Informe SPA nº 0002/2024**

O presente Informe tem por objetivo detalhar a documentação necessária à comprovação dos requisitos constantes do art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024.

### **I - Requisitos do art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827:**

Para fins de comprovação dos requisitos do art. 14, as pessoas jurídicas requerentes da autorização deverão apresentar os documentos especificados abaixo:

#### **- Pagamento da outorga:**

1) Comprovante bancário de recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional do montante de R\$ 30 milhões por ato de autorização, observadas as instruções constantes do art. 17 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

#### **- Constituição da reserva financeira:**

1) Extrato da posição de custódia no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic da Conta Reserva Financeira - Agente Operador de Apostas (Código 037), nos termos do Anexo III da Instrução Normativa BCB nº 506, de 29 de agosto de 2024;

2) Caso o saldo integral ou parcial da Reserva Financeira esteja aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, apresentar Extrato dos compromissos existentes entre a requerente e a instituição financeira custodiante na data do Extrato da posição de custódia da Conta Reserva Financeira; e

3) Declaração assinada digitalmente pelo representante legal da instituição financeira custodiante com o valor de mercado total dos títulos públicos federais que integram a Reserva Financeira, calculado para a data do Extrato da posição de custódia, tendo por base os preços unitários divulgados diariamente pelo Banco Central do Brasil.

OBS 1: A declaração referida no item 3 deve evidenciar que, incluídas as operações compromissadas, a Reserva Financeira possui valor de mercado mínimo de R\$ 5 milhões. Discriminar o Código ISIN, a quantidade e o preço unitário de cada título público federal da Reserva Financeira.

OBS 2: A denominação social e o CNPJ da pessoa jurídica requerente devem constar do Extrato da posição de custódia e do Extrato dos compromissos existentes.

OBS 3: Os Extratos da posição de custódia e dos compromissos existentes devem ser assinados digitalmente pelo Selic. Para tanto, seguir as instruções contidas no Manual do Usuário do Selic – MUS. Informações sobre os extratos e sobre a assinatura digital podem ser encontradas no Capítulo 8, item 5, página 361 do MUS.

OBS 4: Os preços unitários dos títulos públicos federais, divulgados diariamente pelo Banco Central do Brasil, podem ser verificados em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicbaixar>, Opção ASEL006 – PU550.

OBS 5: A instituição financeira custodiante dos títulos públicos federais que compõem a Reserva Financeira deve ser obrigatoriamente um banco, caixa econômica, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários ou sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários. Nos termos do § 2º do art. 23 da Resolução BCB nº 55, de 2020, as contas de custódia de clientes no Selic são exclusivas dessas instituições financeiras.

**- Integralização em moeda corrente do capital social mínimo de R\$ 30 milhões:**

- 1) Comprovante(s) de transferência bancária dos recursos utilizados para integralização em moeda corrente do capital social da pessoa jurídica requerente; e
- 2) Certidão de inteiro teor do contrato social ou estatuto social consolidado, onde figure o capital social integralizado mínimo de R\$ 30 milhões, expedida com certificação da junta comercial.

OBS 1: o(s) comprovante(s) de transferência bancária em favor de conta de titularidade da pessoa jurídica requerente deve(m) identificar a conta e titular de origem dos recursos.

OBS 2: a apresentação da documentação comprobatória da integralização em moeda corrente do capital social é obrigatória inclusive para as pessoas jurídicas requerentes que já apresentaram documentos relativos à integralização na fase preliminar.

**- Declaração de origem lícita dos recursos que compõem o capital social:**

- 1) Declaração de origem lícita dos recursos, constante do Anexo VIII da Portaria SPA/MF 827, de 2024, assinada digitalmente pelos controladores, detentores de participação qualificada e beneficiários finais da pessoa jurídica requerente;

- 2) Relatório assinado digitalmente pelo representante legal da pessoa jurídica requerente com as seguintes informações:

- a) pessoas naturais (nome, CPF) e jurídicas (denominação social, CNPJ) que aportaram, de forma direta, recursos financeiros na pessoa jurídica requerente para viabilizar a integralização do capital social total, abrangendo inclusive valores que excedam R\$ 30 milhões e valores integralizados em exercícios anteriores;
- b) valor total em reais integralizado por cada pessoa natural e jurídica de que trata o item “a”;
- c) descrição da origem dos recursos aportados por cada pessoa natural e jurídica responsável pela integralização do capital social de que trata o item “a”; e
- d) descrição de outras fontes de recursos utilizadas pela pessoa jurídica requerente para integralização do capital social.

- 3) Apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física do último exercício (IRPF) das pessoas naturais que possuem participação direta ou indireta igual ou superior a dez por cento do capital social da pessoa jurídica requerente, limitada às pessoas naturais que figuram na segunda instância da cadeia societária. No caso de pessoas naturais estrangeiras, apresentar documentos equivalentes, observado o disposto no item 2 do Tópico VI - Orientações Finais.
- b) extrato bancário com movimentação dos últimos noventa dias da(s) conta(s) bancárias de titularidade da pessoa jurídica requerente que receberam recursos para integralização do capital social.

OBS 1: Por segunda instância da cadeia societária, entendem-se os sócios ou acionistas das pessoas jurídicas que detém participação direta no capital social da pessoa jurídica requerente.

OBS 2: Caso as declarações de origem lícita dos recursos de que trata o item 1 tenham sido apresentadas na fase preliminar, não é necessária a reapresentação. Nesse caso, entretanto, a requerente deverá informar o Identificador Sigap das declarações já

apresentadas anteriormente, utilizando a tabela constante do tópico VI - Orientações Finais.

OBS 3: A requerente deverá observar se as declarações de origem lícita dos recursos foram entregues por todos os controladores, detentores de participação qualificada e beneficiários finais, pessoas naturais e jurídicas. Adicionalmente, deve-se verificar a validade das assinaturas digitais das declarações e observar a necessidade de apresentação de procurações quando assinadas por representantes legais no Brasil, devidamente notariadas, apostiladas e traduzidas quando for o caso.

**- Patrimônio líquido mínimo de R\$ 30 milhões:**

1) Balanço patrimonial, composto por ativo, passivo e patrimônio líquido, acompanhado de relatório de auditoria ou auditor independente registrado na CVM.

2) A auditoria independente deve, obrigatoriamente e de forma explícita, opinar pela adequação dos saldos do capital social integralizado mínimo de R\$ 30 milhões e do patrimônio líquido mínimo de R\$ 30 milhões.

OBS 1: a apresentação da documentação de que trata este item é obrigatória inclusive para as pessoas jurídicas requerentes que já apresentaram documentos comprobatórios do patrimônio líquido mínimo na fase preliminar.

**- Certificado técnico do sistema de apostas:**

Para este item, os requerentes que apresentaram apenas o protocolo de solicitação, de que trata o art. 12, inciso I, da Portaria nº 827, de 21 de maio de 2024, devem apresentar os seguintes certificados fornecidos pelas certificadoras autorizadas, os quais devem contemplar as informações constates do anexo VI da Portaria SPA/MF nº 300, de 23 de fevereiro de 2024:

1. Sistema de Apostas: um certificado por plataforma e deve informar a data de validade do documento.
2. Apostas Esportivas (Sportsbook) / Servidor remoto de jogos (RGS): é dispensado quando a plataforma de apostas esportivas está inserida no próprio sistema de apostas, de que trata o item 1 acima.
3. Jogo on-line: o operador pode encaminhar um certificado que elenca diversos jogos, desde que do mesmo provedor de jogos, bem como dados de outros operadores. Nesse caso, deve ser anexada obrigatoriamente a *cover letter*, conforme consta da questão 71 da [FAQ da SPA](#) e orientações repassadas pela Secretaria aos Laboratórios.
4. Integração: um por sistema de apostas.
5. Estúdios ao vivo: um por estúdio ao vivo, com indicação dos jogos ao vivo que foram testados para fins de certificação.

**- Implantação do sistema de atendimento aos apostadores:**

1) Declaração assinada pelo representante legal da requerente de que o Sistema de Atendimento aos Apostadores está devidamente implantado, estando apto a operar a partir da data de vigência da autorização. Informar se o serviço será prestado diretamente ou por empresa terceirizada.

2) Elencar todos os canais de acesso ao Sistema pelos apostadores: número telefônico, endereço eletrônico do chat e/ou e-mail.

3) Anexar contrato de prestação de serviços ou equivalente em caso de operação do sistema de atendimento aos apostadores por empresas terceirizadas.

## **II - Renovação das Certidões:**

Além dos comprovantes de atendimento aos requisitos constantes do art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, faz-se necessária a reapresentação das certidões abaixo, visando garantir que estejam válidas na data de publicação da portaria de autorização:

- 1) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (art. 9º, I);
- 2) Certidão de regularidade junto à Fazenda estadual ou do Distrito Federal (art. 9º, II): atentar que a pessoa jurídica requerente deve possuir inscrição ativa no ente federativo de sua sede;
- 3) Certidão de regularidade junto à Fazenda municipal (art. 9º, III): atentar que a pessoa jurídica requerente deve possuir inscrição ativa no município de sua sede;
- 4) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF (art. 9º, IV);
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (art. 9º, V);
- 6) Certidão negativa correccional – CGU (art. 10, I, b); e
- 7) Certidão negativa de licitantes Inidôneos e inabilitados – TCU (art. 10, I, c)

## **III - Certidões Negativa de Improbidade Administrativa:**

1) Em complemento às certidões elencadas anteriormente, será necessário apresentar a certidão negativa de improbidade administrativa e inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça. A apresentação é obrigatória para todas as pessoas naturais relacionadas à requerente, como controladores, detentores de participação qualificada, beneficiários finais, administradores e responsáveis legais.

OBS 1: Todas as certidões devem ser entregues de forma individualizada, sem unir as certidões em um mesmo arquivo.

OBS 2: Caso as certidões negativas de improbidade administrativa tenham sido apresentadas na fase preliminar, não é necessária a reapresentação. Nesse caso, entretanto, a requerente deverá informar o Identificador Sigap das certidões já apresentadas anteriormente, utilizando a tabela constante do tópico VI - Orientações Finais.

## **IV - Adequação do Requerimento Inicial:**

As requerentes que desejarem retificar ou alterar o número de marcas poderão encaminhar uma nova versão do Requerimento de Autorização de que trata o inciso I do caput do art. 8º (Anexo I) da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024, em conjunto com os demais comprovantes dos requisitos referentes ao art. 14.

A partir da notificação para pagamento, as pessoas jurídicas requerentes deverão solicitar registro de domínio 'bet.br' ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, nos termos da Instrução Normativa SPA/MF nº 11, de 4 de novembro de 2024. De acordo com o normativo, as solicitações serão enviadas ao exame da SPA/MF e deverão:

- I - atender as regras estabelecidas pelo NIC.br para a contratação do serviço; e
- II - indicar os registros de domínios "bet.br" correspondentes, no máximo, ao total de marcas comerciais a serem exploradas mediante autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, observado o disposto no art. 5º e no item 4.2 do Anexo I da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024.

OBS 1: Todas as requerentes deverão observar as disposições contidas na Instrução Normativas SPA/MF nº 11, de 4 de novembro de 2024.

#### **V – Atualização de instituições financeiras ou de pagamento:**

As requerentes também poderão acrescentar ou substituir instituições financeiras e de pagamento na fase de comprovação dos requisitos referentes ao art. 14. Nos casos de substituição, deve-se indicar a instituição a ser substituída. Em ambos os casos, deverão ser apresentados os documentos referentes ao art. 8º, incisos V a VII, para cada instituição, devidamente assinados pela requerente e pela instituição financeira.

OBS 1: A documentação de adição ou substituição apresentada de forma inadequada ou insuficiente tornará a instituição indicada inabilitada para prestar serviços financeiros à requerente.

OBS 2: Em nenhuma hipótese, instituições de microcrédito poderão prestar serviços financeiros aos agentes operadores de apostas de quota fixa.

OBS 3: No caso de cooperativas de crédito, é necessário comprovar a associação da requerente à cooperativa de crédito. O documento de associação deve ser entregue em conjunto com os demais comprovantes referidos no art. 8º, incisos V a VII. Casos específicos serão submetidos à avaliação prévia do Banco Central do Brasil.

#### **VI – Orientações Finais:**

1) Visando facilitar a localização e uma análise mais célere da documentação apresentada, solicita-se que as requerentes apresentem listagem de **todos** os documentos apresentados, conforme modelo abaixo:

<b>Item para comprovação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Identificador</b>	<b>Pessoa natural ou jurídica a que se refere o comprovante, se aplicável</b>
Mencionar artigo e inciso da Portaria SPA/MF nº 827/2024 a que se refere o documento.	Breve descrição dos documentos apresentados.	Código identificador do SIGAP, formado por 3 letras maiúsculas e 3 números ou <b>nome do arquivo enviado por meio do SIGAP, sem a extensão ".pdf"</b>	Especificar a PN ou PJ a que se refere o documento.

2) Requisitos para a entrega e admissibilidade de documentos comprobatórios:

a) Os documentos referentes aos anexos da Portaria MF/SPA nº 827/2024 devem ser preenchidos e apresentados conforme os modelos disponíveis no sítio eletrônico desta secretaria, **sem alterações de layout, disposição e ordem de parágrafos, inserção de tabelas, alteração de tipo e tamanho de fonte, alteração de formatação, exclusão ou alteração de símbolos oficiais de governo ou da denominação do órgão a que se referem**. São permitidas as alterações necessárias para acomodar as informações apresentadas.

b) Documentos originais de países estrangeiros devem passar por procedimento de notariação (no caso de assinaturas) e apostilamento, para os países listados na Convenção da Apostila da Haia, ou devem ser legalizados junto às Repartições Consulares do Brasil no exterior com jurisdição sobre a localidade em que os documentos foram emitidos.

c) Os documentos traduzidos devem estar acompanhados de cópia do documento original.

d) As assinaturas que não forem reconhecíveis por meio do serviço [validar.it.gov.br](https://validar.it.gov.br) devem ser apresentadas em conjunto com relatório de assinatura ou contendo código QR, código de barras ou endereço eletrônico que permita a verificação da validade das assinaturas. Documentos com mais de uma assinatura digital serão aceitos apenas com todas as assinaturas digitais válidas ou verificáveis.

e) As cópias de documentos físicos devem passar por processo de digitalização e autenticação no formato digital, em tabelionato de notas.

3) A SPA/MF poderá solicitar documentos ou informações complementares no curso da avaliação do cumprimento dos requisitos do art. 14 da Portaria SPA/MF nº 827, de 2024.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Autorização  
Secretaria de Prêmios e Apostas  
Ministério da Fazenda